

REFERENCIAL



DE AVALIAÇÃO

Ano letivo 2024/2025

“A avaliação escolar, hoje, só faz sentido se tiver o intuito de buscar caminhos para a melhor aprendizagem.”

Jussara Hoffmann

Índice

Índice	3
Introdução	4
Objeto de avaliação	6
Modalidades de avaliação	6
Princípios no domínio da avaliação pedagógica	7
Princípios do AEGJ	9
Critérios de avaliação	10
Diversificação dos processos de recolha de informação	12
Sistema de classificação	14
Procedimentos a adotar nos momentos de avaliação	15
Calendarização	16
Critérios de progressão/retenção	17
Divulgação dos critérios de avaliação a alunos e pais/encarregados de educação	18
Disposições finais	18
Legislação aplicável	18
Bibliografia	19

Introdução

A Avaliação constitui-se como processo regulador do ensino e orientador do percurso escolar. Tal postulado pretende assegurar uma efetiva melhoria do ensino, suportado na avaliação das aprendizagens, garantindo assim que todos os alunos adquirem os conhecimentos e desenvolvem as capacidades e atitudes que lhes permitam atingir as competências estabelecidas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

O Referencial de Avaliação do Agrupamento de Escolas Guerra Junqueiro (AEGJ), a implementar a partir do ano letivo 2024-25, tem como objetivos:

- Possibilitar a tomada de consciência do impacto que a avaliação, enquanto processo pedagógico de apoio ao processo de ensino-aprendizagem, tem no sucesso educativo dos nossos alunos;
- Promover mudanças ao nível de práticas pedagógicas e avaliativas em todo o Agrupamento, nos diferentes ciclos de escolaridade e em todas as áreas disciplinares;
- Reforçar o trabalho colaborativo entre todos os intervenientes no processo avaliativo;
- Implementar um referencial comum de critérios de avaliação;
- Reforçar o envolvimento dos discentes no processo de avaliação;
- Garantir a plena inclusão e equidade de todos os alunos.

Os **valores** consignados no Projeto Educativo do Agrupamento são os seguintes:

- Inclusão – uma Escola de todos, com todos e para todos;
- Rigor e Competência – uma efetiva cultura de autoavaliação da Escola promotora do conhecimento sobre si própria como ponto de partida de um agir sustentado;

- Equidade – agir, fazendo diferente nas diferenças;
- Liberdade – promoção da autonomia pessoal centrada nos direitos humanos, na democracia, na equidade, no respeito mútuo, na livre escolha do bem comum;
- Criatividade – promoção de um novo olhar e de novas ideias agenciadoras de realizações inovadoras.
- Inovação – uma escola que tenha um papel determinante na integração transversal das TIC, potenciando os processos de inovação através do digital.

(PE do AEGJ, p. 23)

Para que tais propósitos sejam alcançados, a avaliação deverá **incidir sobre as competências e aprendizagens desenvolvidas pelos alunos**, de acordo com o referencial das Aprendizagens Essenciais e com o definido pelo Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Compete ao Conselho Pedagógico aprovar o Referencial de Avaliação dos alunos que frequentam o Agrupamento de Escolas Guerra Junqueiro, de acordo com as orientações do currículo nacional, para cada ciclo e ano de escolaridade, sob proposta dos departamentos curriculares.

Objeto de avaliação

A avaliação incide sobre as aprendizagens desenvolvidas pelos alunos, tendo por referência as aprendizagens essenciais, com especial enfoque nas áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. Para isso reforça-se o caráter tendencialmente contínuo e sistemático da avaliação, ao serviço das aprendizagens, fornecendo ao professor, ao aluno e ao encarregado de educação informação sobre o desenvolvimento do trabalho, a qualidade das aprendizagens realizadas e os percursos para a sua melhoria.

A avaliação é sustentada por uma dimensão formativa e é parte integrante do processo de ensino e aprendizagem, tendo por objetivo central a sua melhoria, baseada num processo contínuo de intervenção pedagógica, em que se explicitam, enquanto referenciais, as aprendizagens, os desempenhos esperados e os procedimentos de avaliação. Na avaliação são utilizados procedimentos, técnicas e instrumentos diversificados e adequados às finalidades, ao objeto em avaliação, às características específicas de cada turma e grupos de alunos e ao tipo de informação a recolher, que variam em função da diversidade e especificidade do trabalho curricular a desenvolver com os alunos.

Modalidades de avaliação

As modalidades de avaliação plasmadas no Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho são a avaliação formativa e a avaliação sumativa. Na avaliação formativa, avaliação para as aprendizagens, e a avaliação sumativa, avaliação das aprendizagens, serão consideradas as finalidades e objetivos de aprendizagem previstos no currículo.

A **avaliação formativa** é a principal modalidade de avaliação, integra o processo de ensino e aprendizagem fundamentando o seu desenvolvimento, tem caráter contínuo e sistemático e recorre a vários instrumentos de recolha de informação adequados à diversidade da aprendizagem e às circunstâncias em que ocorrem, informando os professores, alunos e encarregados de educação sobre o desenvolvimento da aprendizagem, com vista ao ajustamento de processos e estratégias.

A **avaliação sumativa** consiste na formulação de um juízo global sobre as aprendizagens realizadas pelos alunos com objetivo de classificar e certificar, informando, no final de cada semestre escolar, alunos e encarregados de educação sobre o estado de desenvolvimento das aprendizagens. Esta modalidade de avaliação traduz ainda a tomada de decisão sobre o percurso escolar do aluno.

Princípios no domínio da avaliação pedagógica

A avaliação pedagógica tem um papel fundamental no apoio ao ensino e às aprendizagens. É muito importante o reconhecimento de que podemos e devemos fazer melhor para que a avaliação pedagógica possa ser um processo que ajude os alunos a aprender mais e, sobretudo, a aprender melhor. A melhoria da qualidade das aprendizagens está fortemente relacionada com a qualidade das avaliações.

A avaliação formativa é um processo eminentemente pedagógico, tão integrado quanto possível nos processos de ensino e aprendizagem, tendencialmente contínuo, cujo principal e fundamental propósito é apoiar e melhorar as aprendizagens dos alunos. É através da avaliação formativa que os professores recolhem informações para proporcionar feedback aos seus alunos que os apoie nos seus esforços de aprendizagem. Assim, a avaliação formativa exige uma outra forma de trabalhar nas salas de aula, com os alunos mais ativos e participativos na resolução das tarefas propostas pelos professores.

Para efeitos do desenvolvimento de práticas de avaliação formativa, para apoiar o desenvolvimento das aprendizagens dos alunos e o ensino dos professores, devemos ter em conta os seguintes aspetos:

- A avaliação formativa deve ser planeada tendo em vista um propósito fundamental: contribuir para que todos os alunos aprendam mais e melhor.
- O *feedback* é o real conteúdo da avaliação formativa, pois é através dele que os alunos sabem o que têm de aprender, onde se encontram em relação à aprendizagem e o que têm de fazer para aprender.
- As dinâmicas de trabalho nas salas de aula devem ser igualmente diversificadas, podendo os alunos trabalhar em pequenos grupos, em pares ou no grande grupo com o apoio e a orientação dos seus professores.
- A seleção das tarefas de trabalho a propor aos alunos tem de ser muito criteriosa, sendo necessário ter em conta que cada tarefa deverá cumprir uma tripla função, permitindo que os alunos aprendam, que os professores ensinem e que ambos avaliem.
- As tarefas devem ser tão diversificadas quanto possível e, através delas, os alunos devem ter oportunidades reais para participar na avaliação das suas aprendizagens, quer através de processos de autoavaliação, quer através de processos de avaliação entre pares ou ainda através da avaliação em grande grupo.

A avaliação sumativa, tal como a avaliação formativa, também pode ter um papel muito relevante no processo de aprendizagem dos alunos. A avaliação sumativa permite-nos elaborar um balanço, ou um ponto de situação, acerca do que os alunos sabem e são capazes de fazer no final de uma unidade didática ou após ter decorrido um certo período de tempo. A avaliação sumativa deve contribuir igualmente para apoiar as aprendizagens dos alunos e o ensino dos professores. Apesar de estar mais centrada nos resultados dos alunos, as suas práticas também deverão assegurar que a recolha de informação seja rigorosa e consistente com as finalidades de aprendizagem constantes no currículo. Uma das formas de assegurar o rigor da avaliação sumativa é diversificar os processos de recolha de informação, ou seja, os ditos “instrumentos de avaliação”.

A avaliação **formativa, Avaliação para as Aprendizagens**, e a avaliação **sumativa, Avaliação das Aprendizagens**, devem implicar rigorosos processos de recolha de informação e de comunicação com os alunos. Têm naturezas e propósitos distintos, ocorrem em momentos distintos e têm inserções pedagógicas distintas, mas são, obviamente, processos complementares que podem e devem contribuir para apoiar o desenvolvimento das aprendizagens dos alunos. Devem ter em conta as finalidades e objetivos de aprendizagem previstos no currículo (Aprendizagens Essenciais e Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória), assim como a definição clara e concisa dos critérios através dos quais se pode avaliar a sua consecução.

Princípios do AEGJ

A avaliação, tal como se encontra plasmado no Projeto Educativo do Agrupamento, deverá assumir os seguintes **princípios gerais**:

- Diversidade
- Equidade
- Rigor
- Transparência

...num contínuo feedback das aprendizagens com vista à sua melhoria e qualidade, em consonância com o emanado no PASEO e em prol de um projeto de vida saudável. (PE do AEGJ, p. 23).

Princípios	Modos de operacionalização
Diversidade	Diversificação quanto possível das tarefas, atendendo aos diferentes ritmos de aprendizagem e, através delas, os alunos devem ter oportunidades reais para participar na avaliação das suas aprendizagens, quer através de processos de autoavaliação, quer através de processos de avaliação entre pares ou ainda através da avaliação em grande grupo;
Equidade	Respeito pelas diferentes características e contextos de grupos e indivíduos; Adequação dos instrumentos de recolha de informação, diversificando-os e abrangendo as diferentes formas de aprender
Rigor	Consistência da avaliação com a forma como se desenvolve o currículo na sala de aula; Articulação entre a avaliação formativa e a avaliação sumativa, tendo em conta as funções que cada uma desempenha num sistema educativo que se pretende inclusivo; Predominância da avaliação formativa na sala de aula, tendo em vista a melhoria das aprendizagens; O <i>feedback</i> deve ser contínuo e significativo, pois é através dele que os alunos sabem o seu posicionamento em relação à aprendizagem, ou seja, sabem o que já aprenderam e aquilo que lhes falta aprender;
Transparência	Os alunos e os outros intervenientes no processo de avaliação devem conhecer bem os conteúdos, os processos e os Critérios de Avaliação, por forma a participar ativamente no seu desenvolvimento.

Critérios de avaliação

Os critérios, como interpretações refletidas do currículo, constituem uma relevante referência para aprender, ensinar, avaliar e classificar e, nesse sentido, devem constituir um importante meio para organizar o trabalho pedagógico a todos os níveis.

Segundo Domingos Fernandes “os critérios são designações que se selecionam através da análise cuidada dos elementos curriculares indispensáveis (e.g., Aprendizagens Essenciais, Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória) e que, em conjunto com os respetivos descritores ou indicadores, nos ajudam a identificar o que se consideram ser as características ou os atributos que os desempenhos dos alunos devem ter quando estão a trabalhar numa dada tarefa de avaliação.”

O processo de avaliação tem de ser orientado por critérios de avaliação que estejam de acordo com os princípios constantes no PASEO e nas AE e que possam ser utilizados por todos os docentes do Agrupamento. Nesse sentido, definiram-se os seguintes Critérios Transversais, **passíveis de aplicação ao contexto de qualquer área disciplinar e ano de escolaridade**:

- Conhecimento
- Comunicação
- Resolução de problemas
- Interação

Critérios Transversais no AEGJ

Critérios Transversais	Níveis e descritores de desempenho			
	Muito bom	Bom	Suficiente	Insuficiente
Conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> -Conhece muito bem os principais conceitos. -Compreende muito bem os principais conceitos. -Aplica muito bem os principais conceitos. -Demonstra sempre capacidade crítica e reflexiva. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conhece bem os principais conceitos. -Compreende bem os principais conceitos. -Aplica bem os principais conceitos. -Demonstra geralmente capacidade crítica e reflexiva. 	<ul style="list-style-type: none"> -Conhece razoavelmente os principais conceitos. -Compreende razoavelmente os principais conceitos. -Aplica razoavelmente os principais conceitos. -Demonstra alguma capacidade crítica e reflexiva. 	<ul style="list-style-type: none"> -Conhece muito pouco os principais conceitos. -Compreende muito pouco os principais conceitos. -Aplica muito pouco os principais conceitos. - Raramente demonstra capacidade crítica e reflexiva.
Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> -Comunica sempre com correção linguística. -Utiliza sempre a linguagem científica de forma adequada. -Comunica recorrendo a vários tipos de linguagem, valorizando significativamente o sentido estético e harmónico. 	<ul style="list-style-type: none"> -Comunica muitas vezes com correção linguística. -Utiliza quase sempre a linguagem científica de forma adequada. -Comunica geralmente recorrendo a vários tipos de linguagem, valorizando maioritariamente o sentido estético e harmónico. 	<ul style="list-style-type: none"> -Comunica ocasionalmente com correção linguística. -Utiliza algumas vezes a linguagem científica de forma adequada. -Comunica recorrendo algumas vezes a vários tipos de linguagem, valorizando por vezes o sentido estético e harmónico. 	<ul style="list-style-type: none"> -Raramente comunica com correção linguística. - Não utiliza linguagem científica. -Raramente comunica recorrendo a vários tipos de linguagem e não valoriza o sentido estético e harmónico.
Resolução de problemas	<ul style="list-style-type: none"> -Interpreta e compreende com facilidade dados fornecidos em problemas, textos, tabelas, gráficos, esquemas ... -Seleciona estratégias de resolução de problemas, mobilizando adequadamente dados fornecidos em problemas, textos, tabelas, gráficos e esquemas. 	<ul style="list-style-type: none"> -Interpreta e compreende quase sempre dados fornecidos em problemas, textos, tabelas, gráficos, esquemas ... -Seleciona estratégias de resolução de problemas mobilizando geralmente os dados fornecidos em problemas, textos, tabelas, gráficos e esquema. 	<ul style="list-style-type: none"> -Interpreta e compreende razoavelmente dados fornecidos em problemas, textos, tabelas, gráficos, esquemas ... -Seleciona algumas vezes estratégias de resolução de problemas, mobilizando ocasionalmente os dados fornecidos em problemas, textos, tabelas, gráficos e esquema. 	<ul style="list-style-type: none"> -Interpreta e compreende com muitas dificuldades dados fornecidos em problemas, textos, tabelas, gráficos, esquemas ... -Seleciona inadequadamente estratégias de resolução de problemas.
Interação	<ul style="list-style-type: none"> -Demonstra sempre responsabilidade no cumprimento das tarefas propostas e prazos, aspirando ao rigor. -Manifesta uma relação interpessoal sempre adequada, respeitando sempre as normas. 	<ul style="list-style-type: none"> -Demonstra quase sempre responsabilidade no cumprimento das tarefas propostas e prazos, aspirando ao rigor. -Manifesta uma relação interpessoal quase sempre adequada, respeitando sempre as normas. 	<ul style="list-style-type: none"> -Demonstra alguma responsabilidade no cumprimento das tarefas propostas e prazos. -Manifesta uma relação interpessoal adequada, respeitando por vezes as normas. 	<ul style="list-style-type: none"> -Demonstra raramente responsabilidade no cumprimento das tarefas propostas e prazos. -Manifesta uma relação interpessoal inadequada, e raramente cumpre com as normas.

Indo ao encontro destas balizas, cada departamento deverá estabelecer o peso a atribuir a cada critério e respetivos descritores de desempenho, articulando as áreas de competências definidas no PASEO com as aprendizagens essenciais, atendendo às especificidades de cada disciplina. **O peso a atribuir a cada critério deverá obedecer a um princípio de equilíbrio entre todos.**

Diversificação dos processos de recolha de informação

O processo de recolha de informação, que pode ocorrer tanto na avaliação formativa como na sumativa, é qualquer ação (formal e informal) que permite a obtenção de dados relativos às aprendizagens e competências dos alunos, do que os alunos sabem e do que são capazes de fazer.

Talvez a razão principal para que seja posta em prática a diversificação dos processos de recolha de informação tenha a ver com a subjetividade associada a todos os processos de avaliação. É indispensável ter-se em conta que a avaliação, enquanto domínio do conhecimento, tem como um dos seus propósitos determinar a qualidade de um determinado objeto. Assim sendo, é necessário obter informação que permita realizar uma descrição, o mais rigorosa possível, do objeto a avaliar. No entanto, esta obtenção de informação está geralmente ligada às perspetivas, conceções, valores e ideologias que os avaliadores têm acerca do mundo em que vivem, o que acaba por influenciar a recolha de informação, quer seja através do modo como observam, das questões que realizam ou dos diversos critérios que utilizam para avaliar o objeto. Tudo isto realça a natureza subjetiva de qualquer avaliação, apesar de ainda existir quem considere que a avaliação pode ser um processo objetivo que produz apenas resultados exatos e objetivos. A credibilidade deverá ser a palavra-chave dos processos de avaliação, uma vez que estes, em geral, não produzem resultados certos, nem definitivos.

Face ao exposto, e à impossibilidade de avaliar tudo o que um aluno sabe e é capaz de fazer, uma possibilidade é a de avaliar diversas amostras do desempenho dos alunos, através de uma diversidade de tarefas ou trabalhos. Através da multiplicação de processos de recolha de informação, acaba por se reduzir a margem de erro expectável associada à subjetividade do processo avaliativo. Este procedimento é conhecido por triangulação.

Alguns exemplos de processos de recolha de informação que podem ser utilizados são:

- Realização de tarefas na aula - inclui tarefas escritas, relatórios, esquemas, mapas mentais e conceptuais, resolução de exercícios, resposta a questões, fichas formativas, tarefas em suporte digital (kahoots, wikis, formulários eletrónicos, ferramentas de gamificação);
- Atividades laboratoriais - inclui atividades de FQ, CN;
- Provas de aptidão - inclui provas práticas de aptidão física, musical, expressiva, etc.
- Participação oral na aula - inclui a participação espontânea ou solicitada pelo professor na aula, ou debates e diálogos argumentativos;
- Apresentação oral - inclui a apresentação de trabalho/tarefas individuais ou de grupo durante a aula, eventualmente com o apoio de ferramentas digitais;
- Trabalho de grupo - refere-se ao desempenho do aluno em tarefas e trabalho realizadas em grupo, ou ainda a pesquisas, à construção de artefactos, cartazes, modelos ou outros;
- Trabalho individual - refere-se ao desempenho do aluno em tarefas realizadas individualmente, ou ainda a pesquisas, à construção de artefactos, cartazes, modelos ou outros;
- Questões-aula - refere-se a resposta a questões apresentadas na aula para avaliação contínua formativa ou sumativa;
- Portefólio - refere-se à organização de portfólio do aluno, por ano escolar, por tema ou unidade didática, ou de projeto;
- Registo de observação de aula - refere-se ao comportamento geral do aluno nas aulas ou outras atividades escolares;
- Registo de verificação do caderno diário - refere-se à obrigação do aluno manter atualizados e adequadamente apresentados os registos das aulas no seu caderno;
- Relatório - refere-se a relatório de atividades experimentais, visitas de estudo ou outras atividades cuja avaliação seja efetuada através deste tipo de instrumento de avaliação;
- Teste/Ficha sumativa - refere-se à avaliação escrita sumativa;
- Trabalho de casa - refere realização de tarefas em casa nos termos e prazos definidos pelos docentes;
- Trabalho de projeto - refere-se à participação dos alunos em projetos da turma;
- Outros considerados pertinentes pelos docentes.

Em resultado da implementação do Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital do Agrupamento, é desejável que os docentes utilizem os diferentes meios tecnológicos e ferramentas digitais no processo de recolha de informação e na atribuição de feedback.

Sistema de classificação

Todo e qualquer processo de recolha de informação pode ser utilizado quer nas práticas de avaliação sumativa quer nas práticas de avaliação formativa. O que realmente é diferente é a utilização que se faz dos resultados obtidos. Se os resultados forem utilizados para classificar os alunos, então estamos perante uma avaliação sumativa com propósitos classificatórios. Se, por outro lado, forem utilizados para dar feedback aos alunos, dando-lhes orientações que lhes permitam regular e autorregular as suas aprendizagens, então estamos perante uma avaliação sumativa sem fins classificatórios. Uma das formas de assegurar o rigor da avaliação sumativa é diversificar os processos de recolha de informação.

Os critérios de avaliação de cada uma das disciplinas integram descritores de desempenho, em consonância com as Aprendizagens Essenciais e as áreas de competências do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. Para além da componente escrita, é valorizada a componente da oralidade e a componente prática e/ou experimental. Em cada disciplina, encontra-se definida a importância relativa que cada um dos domínios/temas assume nas Aprendizagens Essenciais. Para que a avaliação seja rigorosa, cada disciplina deverá, em cada um dos semestres, utilizar uma diversidade de processos de recolha de informação/tarefas de avaliação, **no mínimo três de natureza distinta**. Nas disciplinas com um tempo semanal, os processos de recolha de informação/tarefas de avaliação deverão ser, no mínimo, **dois de natureza distinta**, nos vários momentos de avaliação sumativa.

Os diversos processos de recolha de informação, relativamente às aprendizagens dos alunos, deverão ser classificados de acordo com a seguinte terminologia:

Nível de ensino	Níveis e menções da avaliação sumativa				
	Insuficiente		Suficiente	Bom	Muito Bom
1.º ciclo (0-100)	0%-49%		50% - 69%	70%-89%	90%-100%
2º e 3º ciclos (0-100)	Nível 1 0%-19%	Nível 2 20% - 49%	Nível 3 50% - 69%	Nível 4 70%-89%	Nível 5 90%-100%

A informação recolhida através da aplicação de um determinado processo de recolha de avaliação poderá ter efeito na avaliação sumativa, avaliação das aprendizagens, ou apenas na avaliação formativa, avaliação para as aprendizagens.

Procedimentos a adotar nos momentos de avaliação

As aprendizagens (conhecimentos, competências e atitudes) são trabalhadas e avaliadas tendo como orientação os critérios de avaliação definidos para a disciplina/área disciplinar, que podem ser especificados em critérios de avaliação de tarefa, conteúdo ou competência.

Estes critérios de avaliação são incluídos em rubricas de avaliação que direcionam o ensino, a aprendizagem e a avaliação, uma vez que situam o aluno num determinado nível de desempenho. Os dados resultantes são transcritos para a grelha de avaliação com vista à recolha de dados para a classificação.

Nos **1.º e 2.º ciclo** a informação a registar nos instrumentos de avaliação é apenas a **menção qualitativa**.

No **3º ciclo**, a informação a registar nos instrumentos de avaliação é a **menção qualitativa e a classificação quantitativa (percentagem)**. Nos testes escritos do 3.º ciclo, deve constar, no enunciado, a cotação atribuída a cada uma das questões de avaliação.

Os resultados de todos os instrumentos de avaliação são dados a conhecer aos alunos antes do final das atividades letivas de cada semestre.

Durante o processo de ensino e de aprendizagem, devem ser promovidos, com os alunos, momentos de reflexão e de autoavaliação em todas as disciplinas. Os momentos de autoavaliação coincidentes com o final de semestre devem ser registados em documento próprio.

No âmbito do 1.º ciclo, os momentos de autoavaliação mencionados devem ser promovidos junto dos alunos do 3.º e 4.º ano, nas disciplinas do currículo.

Calendarização

1º, 2º e 3º ciclo			
	Momento de avaliação	Natureza da avaliação	Objetivos
1º semestre	Avaliação intercalar Novembro	Formativa	De carácter qualitativo , visa informar os alunos e os encarregados de educação sobre as aprendizagens alcançadas e ainda não alcançadas em cada disciplina ou área, as dificuldades e os aspetos a melhorar, bem como apontar sugestões para o aluno melhorar e como pode ser ajudado para tal. Adicionalmente, pode ainda informar sobre as decisões que o Conselho de Turma/ Conselho de Docentes definiu para apoiar o aluno a superar as suas dificuldades.
	Avaliação final Janeiro	Sumativa / formativa	Visa a atribuição de uma classificação (2º e 3º ciclos) ou menção (1º ciclo) a cada uma das disciplinas ou áreas. Será também um momento de <i>feedback</i> sobre as aprendizagens alcançadas, as aprendizagens ainda não alcançadas, as dificuldades e os aspetos a melhorar, bem como sobre a forma de o conseguir. Adicionalmente, pode ainda informar sobre as decisões que o Conselho de Turma/ Conselho de Docentes definiu para apoiar o aluno a superar as suas dificuldades.
2º semestre	Avaliação intercalar Março	Formativa	De carácter qualitativo , visa informar os alunos e os encarregados de educação sobre as aprendizagens alcançadas e ainda não alcançadas em cada disciplina ou área, as dificuldades e os aspetos a melhorar, bem como apontando sugestões para o aluno melhorar e como pode ser ajudado para tal. Adicionalmente, pode ainda informar sobre as decisões que o Conselho de Turma/ Conselho de Docentes definiu para apoiar o aluno a superar as suas dificuldades.
	Avaliação final Junho/julho	Sumativa	Visa a atribuição de uma classificação (2º e 3º ciclos) ou menção (1º ciclo) final a cada uma das disciplinas ou áreas. Poderá também haver uma apreciação sucinta do desempenho do aluno, a qual deverá ser tida em conta no ano letivo seguinte.

Critérios de progressão/retenção

Nos anos terminais de ciclo, ficam retidos os alunos que se encontrem nas condições que constam nos normativos legais (Decreto-Lei n.º 55/2018 e Portaria n.º 223-A/2018):

ANOS TERMINAIS	
4.º ano	- Tenham obtido menção Insuficiente em Português e Matemática; - Tenham obtido menção Insuficiente em Português ou Matemática e cumulativamente menção Insuficiente em duas das restantes disciplinas (Estudo do Meio, Inglês, Educação Física, Educação Artística ou Cidadania e Desenvolvimento).
6.º e 9.º ano	- Tenham obtido nível inferior a 3 em três ou mais disciplinas; - Tenham obtido nível inferior a 3 em Português e Matemática.

Nos anos não terminais, a decisão de retenção é considerada excecional e só pode ser tomada após um acompanhamento pedagógico do aluno, em que foram traçadas e aplicadas medidas de apoio face às dificuldades detetadas. A decisão de transição é tomada sempre que o professor titular de turma, no 1.º ciclo, ou o conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, considere que o aluno demonstra ter adquirido os conhecimentos e desenvolvido as capacidades e atitudes para prosseguir com sucesso os seus estudos.

Critério referencial a partir do qual o professor titular de turma ou o conselho de turma, nos anos intermédios de ciclo, e após apreciação da situação do aluno, considera que o mesmo não desenvolveu as aprendizagens essenciais para transitar para o ano seguinte:

ANOS NÃO TERMINAIS	
1.º ano	- Não há lugar a retenção, exceto nas situações previstas na Lei n.º 51/2012.
2.º e 3.º ano	- Tenham obtido menção Insuficiente em Português, Matemática e outra disciplina.
5.º, 7.º e 8.º ano	- Tenham obtido mais de três níveis inferiores a 3.

Os alunos que beneficiam de adaptações curriculares significativas, ao abrigo do art.º 10.º (medidas adicionais de suporte à aprendizagem e inclusão) do Decreto-Lei N.º 54/2018, de 6 de julho, serão avaliados de acordo com as condições previstas no respetivo Relatório Técnico-Pedagógico e no Programa Educativo Individual.

Divulgação dos critérios de avaliação a alunos e pais/encarregados de educação

Cada diretor de turma, professor titular de turma ou educador dá a conhecer aos encarregados de educação e aos alunos, no início do ano letivo, o Referencial de Avaliação.

Cada docente informa os alunos sobre os critérios e descritores de desempenho da sua disciplina.

É da responsabilidade da Diretora do Agrupamento a divulgação à comunidade educativa do Referencial de Avaliação aprovado em conselho pedagógico.

Disposições finais

Os casos omissos são objeto de resolução por parte da Diretora, ouvido, sempre que possível, o Conselho Pedagógico.

O Referencial de Avaliação é revisto anualmente e deve ser do conhecimento de todos os intervenientes no processo de avaliação: professores, alunos e encarregados de educação.

Legislação aplicável

- Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho
- Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho
- Lei n.º 116/2019, de 13 de setembro (regime jurídico da educação inclusiva)
- Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro (estatuto do aluno e ética escolar)
- Despacho Normativo n.º 10-B/2018, de 6 de julho (organização do ano letivo)
- Portaria nº 223-A/2018, de 3 de agosto

Aprovado, em reunião de Conselho Pedagógico de 09 de outubro de 2024

A Diretora: _____
(Albertina Neto Parra)

Bibliografia

- Fernandes, D. (2019). *Avaliação sumativa. Avaliação formativa*. Folha de apoio à formação - Projeto MAIA. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e Direção Geral de Educação do Ministério da Educação.
- Fernandes, D. (2019). *Critérios de Avaliação*. Folha de apoio à formação - Projeto MAIA. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e Direção Geral de Educação do Ministério da Educação.
- Fernandes, D. (2020). *Para uma Fundamentação e Melhoria das Práticas de Avaliação Pedagógica*. Folha de apoio à formação - Projeto MAIA. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e Direção Geral de Educação do Ministério da Educação.
- Machado, E. A. (2019). *Feedback*. Texto de apoio à formação - Projeto MAIA. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e Direção Geral de Educação do Ministério da Educação.
- Machado, E. A. (2019). *Práticas de avaliação formativa em contextos de aprendizagem e ensino a distância*. Texto de apoio à formação - Projeto MAIA. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e Direção Geral de Educação do Ministério da Educação.
- Pinto, J.; Santos, L. (2006). *Modelos de avaliação das aprendizagens*. Lisboa: Universidade Aberta.